

O EXÉRCITO NO BRASIL ESTÁ PARA A POLÍTICA COMO A POLÍTICA ESTÁ PARA O EXÉRCITO

VICENTE CONTADOR*

RESUMO: Desde o início do sistema de governo republicano no Brasil, a alta oficialidade do Exército emprega a retórica sobre o seu impecável não envolvimento com a política. Principalmente depois do Golpe de Estado de 1964, sua intenção tem sido a de convencer a opinião pública e internamente – os oficiais de baixo escalão e os soldados – a idéia de que os comandantes militares estiveram apenas preocupados com questões técnicas e profissionais de governabilidade e que interviram na esfera da política nacional para moralizá-la e combater a má administração pública devido a sua educação. Entretanto, os fatos históricos nos mostram que as Forças Armadas brasileiras tem intevervindo na política ao longo de todo o período republicano, assumindo, inclusive, o controle direto do poder do Estado de 1964 a 1985. A forma como eles explicam estas intervenções é o que este texto analisa.

PALAVRAS-CHAVE: Regime autoritário-militar, alta oficialidade militar, intervenção militar na política, discurso político militar.

ABSTRACT: Since the beginning of the Republican system in the Brazilian history, the army's officialdom employs the rhetoric about their impeccable non involvement with politics. Mainly after the 1964 military *coup d'état*, they have intended to convey to the public opinion and internally – to the low-rank officers and soldiers – the idea that the military commanders were only worried about technical and professional matters of governance and that they then intervened in the national political sphere to moralize it, that is, to combat the country's maladministration due to their education. Nonetheless, the facts in the Brazilian history has been showing that the national armed forces has indeed got involved with politics throughout the Republican period, taking in any case direct control of the country's government from

* Professor na Faculdade de Campinas. Doutor em História Econômica pela USP.

1964 to 1985. The way they explain this continual involvement in politics is what this text analyses.

KEY WORDS: Military-authoritarian regime, high rank military officers, military intervention in politics, military political discourse.

“E assim como na vida privada se diferencia o que um homem pensa e diz de si mesmo do que ele realmente é e faz, nas lutas históricas deve-se distinguir mais ainda as frases e as fantasias dos partidos de sua formação real e de seus interesses reais, o conceito que fazem de si, do que são na realidade”.

Karl Marx

(*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Os Pensadores – São Paulo: Abril Cultural, 1978)

A partir do Golpe de 1º de abril de 1964 a alta oficialidade militar direitista que assumiu o controle direto do poder do Estado brasileiro recorreu insistentemente à retórica do não envolvimento do estamento militar no terreno da política. Pretendia-se, então, passar para a opinião pública a imagem de que os oficiais militares golpistas preocupavam-se estritamente com questões técnicas e profissionais, que chegavam para moralizar o poder e a administração pública e que, por isso, não se envolviam com a política no sentido pejorativo da *paixão* e do *partidarismo* que atribuíam aos civis que nela se metiam.

Nesta época – como em qualquer outra que tem precedido e acompanhado a instauração de regimes *burocrático-autoritários* ou *ditaduras militar-tecnocráticas* que conseguiram se estabelecer durante toda a década de 1950 e boa parte dos anos 1960 e 1970 na América Latina, mais explicitamente após 1961, a política era tratada propositalmente de uma forma depreciativa, estando sempre relacionada com as instabilidades econômicas e sociais, com a desobediência civil e militar, com os riscos de ruptura da ordem e com a corrupção, a imoralidade e a ineficiência das administrações públicas.

Numa análise oblíqua do cenário político brasileiro deste período histórico, o marechal Odílio Denys, um dos principais idealizadores e articuladores do golpe de Estado de 1964 disse que: “os democratas civis e militares estavam vendo a aproximação do perigo” **[dos comunistas hipoteticamente se apossarem do governo]**, asseverando depois que “ninguém tinha mais dúvidas”. Para o marechal Denys, “os **políticos sabiam e nada faziam**, com medo das delações”.¹ Esta última colocação do marechal Denys refletia aquilo que Oliveiros S. Ferreira chamou de “náusea de amplos setores militares com a política e os homens”, verificada desde 1945. Ferreira escreveu a respeito disso em 1956, no Jornal *O Estado de São Paulo*, em menção à Revolta de Jacareacanga, planejada pelo oficial direitoista da FAB, o major-aviador Haroldo Coimbra Veloso, contra o presidente Juscelino Kubitschek.

Um dos historiadores brasilianistas norte-americanos que ilustra esta alegada aversão dos militares pela política é Thomas Skidmore, que revela que “o governo Castelo Branco prometeu publicar um ‘livro branco’, documentando a corrupção e a subversão contra as quais se fizera a Revolução”. Entretanto, acrescenta o mesmo autor, “não tardou muito e o *livro branco* tornou-se letra morta”.²

Ao afirmarem que não tinham gosto pela *práxis* política, os militares golpistas procuravam passar a imagem de que não tomavam o poder pelo poder e que não eram na sua essência corruptos, sendo o combate à corrupção um dos motes do que eles chamavam de “Revolução de 1964”.

E não foi só contra o governo e a pessoa do ex-presidente Juscelino Kubitschek que as forças civis e militares direitoistas de 1964 fizeram acusações de corrupção, mas também contra o governo e a pessoa do ex-presidente João Goulart. O jornalista e escritor, Carlos Heitor Cony, tornou patente que dias antes do famigerado Golpe, jornais antijanguistas haviam publicado uma relação de pessoas que haviam viajado para Pequim junto com

1 Odílio Denys. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980. Grifos nosso.

2 Thomas Skidmore. *Brasil: De Castelo a Tancredo – 1964-1985*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

o então vice-presidente Goulart, por conta da Petrobrás, para supostamente frequentarem “academias do terror comunista”. Porém, corrige Cony, tais pessoas haviam ido para aquela importante cidade chinesa para firmarem um acordo comercial, o qual viria a ser desenterrado e concretizado anos depois, pelo governo Geisel. Cony reclama, inclusive, que até 26 de maio de 1964 a “chamada Revolução” não havia sequer sido provado “um grande escândalo” do governo deposto de João Goulart. O jornalista clamava que até aquela data não havia prova nenhuma que realmente “desabonasse pessoalmente o Sr João Goulart”.³

E para não se deixarem manchar com estas depreciações por terem intervindo efetivamente na vida política do país em 1964, assumindo então o controle direto do habitat “podre” da política e, parafraseando o marechal Floriano Peixoto, do “corpo social corrompido”, os líderes militares desta intervenção, à qual René Armand Dreifuss deu o nome de *intervenção militar-empresarial*⁴, não a viam e não a justificavam como política, mas sim como algo acima dela, como alguma coisa neutra e expurgada, já que feita em nome da “missão constitucional” das Forças Armadas, do “restabelecimento da ordem”, da “restauração econômico-financeira” e da preservação dos “superiores interesses da pátria” e/ou dos “interesses maiores da nação”. Os militares e civis golpistas de 1964 forçavam assim a identificação de seus próprios motivos e interesses de classe com os de toda a Nação.

Ao definirem o regime autoritário-militar pós Golpe de 1964 como o representante do interesse geral da nação, os grupos civis e militares de direita que o instauraram indicavam que o mesmo prevaleceria sobre os antagonismos e as divisões sociais, visto que ele supostamente representaria todas as classes sociais, todas as raças, todas as categorias profissionais, todos os partidos políticos e atenderia às necessidades das populações de todas as regiões do país por conta de sua superior competência técnica.

Este perfil dos militares golpistas está presente na palestra feita em 1975 a alunos do 2º grau do Colégio Anglo-Americano

3 Carlos Heitor Cony. *O Ato e o Fato: O Som e a Fúria das Crônicas contra o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

4 René Armand Dreifuss. *O Jogo da Direita*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

do Rio de Janeiro pelo então comandante do I Exército, o general Reinaldo Melo de Almeida, o qual declarou que “o Exército não pode ter partido político, porque é um elemento neutro, de garantia do sistema, e não de um único partido”. Na mesma linha, viria o general Fritz de Azevedo Manso, o qual, em abril de 1976, afirmara que o exército brasileiro “é essencialmente povo, sem castas, sem militarismo, legitimamente nacional e popular, voltado para o serviço da pátria e isento das paixões político-partidárias”.⁵

O Exército e o regime autoritário-militar brasileiro pós-1º de abril de 1964 eram, então, apresentados como imparciais e eficazmente legitimados por algo abstrato tal qual a “nação”, a “pátria” e/ou o “povo”, expondo as figuras dos generais-presidentes como “chefes da nação”, o que acabava por esconder o seu real papel de fautores da dominação e repressão exercidas pelas classes dominantes. Aliás, diga-se de passagem, pode-se enxergar no uso desses léxicos políticos, algumas semelhanças com a ideologia nazi-fascista. Como observara Fernando Henrique Cardoso, tais percepções colocavam a “nação” e/ou a “pátria” antes do “povo” e que a segurança nacional estaria ameaçada pelos “conflitos políticos entre partidos”, os quais, entretanto, são imanentes a um regime democrático.⁶

É ainda indispensável ressaltar que o datado discurso dos oficiais de alta patente da corrente de direita das Forças Armadas brasileiras em defesa do não envolvimento dos militares nas questões políticas do país não é nada novo nem original, pois reproduz discursos semelhantes que tinham sido feitos pelos seus colegas de farda em posição de comando no passado: em 1889-1894, 1910-1914, 1922-23, 1924, 1930, 1932, 1935, 1937, 1945, 1954 e 1961, em que o país experimentava crises sociais, instabilidades econômicas, conflitos políticos, várias revoltas e motins militares, mobilização e manifestações populares, “revoluções” ou contra-revoluções, golpes e contragolpes de

5 *O Brasil: Política e Governo. Livro do Ano Barsa*. Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. Rio de Janeiro/São Paulo: 1976 e 1977.

6 Fernando Henrique Cardoso. *O Modelo Político Brasileiro e outros Ensaios*. São Paulo: DIFEL, 1979.

Estado.

A utilização deste discurso contra a politização dos oficiais militares e dos suboficiais no contexto histórico que foi de 1945 a 1964, também marcado por forte polarização político-ideológica, é ardilosa, pois passava a falsa idéia de neutralidade, imparcialidade, moderação, *ethos* democrático e respeito à Constituição, o que não é real, porque escamoteava a intensa atuação político-partidária de vários oficiais militares direitistas do alto escalão neste período da história do Brasil dentro ou fora dos marcos democráticos.

Ao longo da história do Brasil não são poucas as intervenções das elites militares na arena política à favor ou contra regimes democrático-liberais, desrespeitando ou não a ordem constitucional e o Estado de Direito.

Recapitulemos os fatos que evidenciam que: altos oficiais militares participaram ativa e diretamente na implantação do regime republicano em 1889, governando-o até 1894, voltando a dirigi-lo de 1910 a 1914 em decorrência de uma vitória num processo eleitoral, mas logo implementando intervenções armadas localizadas para que fossem salvas “a pureza das instituições republicanas”. Foram protagonistas do movimento militar de 1930 que tirou das oligarquias agroexportadoras do Sudeste o domínio sobre o Governo Federal, sem se esquecerem de ocupar os seus lugares nas chamadas “Revolução” Constitucionalista de 1932 e “Intentona Comunista” de 1935. Vale lembrar que o movimento político-militar de 1932 das elites dirigentes paulistas teve como um de seus comandantes o general Euclides de Oliveira Figueiredo, que, mais tarde, fracassou em concorrer a uma vaga à Câmara dos Deputados nas eleições de 1934 pelo partido das tradicionais oligarquias reacionárias de São Paulo, o PRP, vindo porém a ser eleito Deputado Federal em 1945 pela UDN do Rio de Janeiro. O golpe que instalou a ditadura do Estado-Novo em 1937 foi desenhado por oficiais de alta patente, antiliberais, porém anticomunistas, simpatizantes da ideologia do corporativismo e até do fascismo. Personalidades do alto escalão das Forças Armadas brasileiras também tomaram parte nas eleições presidenciais de 1945, 1950, 1955 e 1960, sempre se identificando com este ou aquele partido político civil conservador (UDN,

PDC ou PSD), apresentando-se inclusive como candidatos. Por sinal, nas eleições presidenciais de 1945 o Marechal Eurico Gaspar Dutra, disputando com um outro militar, o brigadeiro Eduardo Gomes, foi eleito Presidente da República, lançando peias aos comunistas e trabalhistas, sem falar da sua participação, após o Golpe de 1964, no Diretório Nacional da ARENA, esteio partidário dos golpistas. Já no episódio de 11 de novembro de 1955, os políticos fardados entrariam novamente em cena, de um lado como fautores de um golpe (ultra)conservador e, de outro, como promotores do contragolpe.

Até o momento presente, o ápice da atuação política do Exército brasileiro foi, sem dúvida, o Golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Esta empresa política anticonstitucional e antidemocrática instituiu um regime autoritário de direita, genuinamente militar, o qual teve a participação da nata dos oficiais liberais da direita antinacionalista, que vinha, desde 1945, tomando parte de movimentos conspiratórios contra governos civis legalmente estabelecidos.

De feito, de 1945 até 1964 muitos daqueles fizeram parte do *partido militar* que chegou a ocupar o núcleo do poder do primeiro governo militar pós-Golpe Estado de 1º de abril de 1964, como, por exemplo, Castelo Branco, Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva (para citar apenas alguns dos principais), tinham se colocado ao lado de uma prolongada articulação golpista contra o quadro institucional liberal-democrático vigente no país desde a promulgação da Constituição de 1946, conspirando, primeiro, contra o presidente Getúlio Vargas – tanto para impedi-lo de assumir depois de ter vencido as eleições diretas de 1950, quanto para derrubá-lo do poder em 1954, levando-o ao suicídio – para mais tarde fazerem parte do agrupamento político que logo se apossou do Poder Executivo com Café Filho na Presidência.

Naquele momento, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel integravam aquele agrupamento de oficiais de uma das alas direitista do Exército, chamado de *Cruzada Democrática*, o qual fazia uma oposição implacável ao governo de Getúlio Vargas e aos militares da ala nacionalista, chegando a divulgar o manifesto intitulado *Memorial dos Coronéis*. Apesar de atacarem o governo

Vargas evocando argumentos de ordem técnica e profissional no tocante às Forças Armadas, como no episódio do aumento de 100% do salário mínimo proposto pelo então Ministro do Trabalho, João Goulart, a atitude destes oficiais militares fora essencialmente política. Pouco depois do Manifesto dos Coronéis, os generais daquela ala direitista emitem o *Manifesto dos Generais*, pedindo a renúncia do presidente Vargas. Aliás, a oitava assinatura era a do general Castelo Branco.

Tempos depois, o mesmo grupo de oficiais formadores da *Cruzada Democrática* foi contra as candidaturas de de centro-esquerda de Juscelino Kubitschek e João Goulart para as eleições diretas de outubro de 1955 para presidente e vice; Em seguida contra a realização destas eleições; Daí contra a posse dos dois legalmente eleitos, negando-se a aceitar os resultados legítimos das urnas, e, mais tarde, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, contra a posse do vice-presidente constitucional e legalmente eleito, João Goulart. Como bem notou Oliveira, “no Manifesto dos Generais [1954] e nas crises de 1955 e 1961, percebe-se uma continuidade de nomes, intenções e objetivos políticos que se tornam mais claros em 1964”.⁷

Nota-se, por conseguinte, que neste contexto histórico os referidos oficiais militares atuaram sim, para utilizarmos uma expressão cunhada por Alain Rouquié, como um *partido militar*,⁸ acima e além dos próprios partidos políticos convencionais e de acordo com uma estratégia de classe destinada desmobilizar políticos reformistas, a classe média progressista, a tratar coercitivamente as questões sociais e desmobilizar os setores populares organizados da sociedade civil, bem como os suboficiais e oficiais de baixo escalão que ousavam reclamar direitos políticos e discutir problemas específicos de suas armas, correndo-se o perigo de que o *ponto de ruptura* pudesse ser ultrapassado.

Portanto, o costumeiro discurso da elite militar direitista dos tempos de 1964, a qual pregava o não envolvimento dos militares

7 Eliezer Rizzo de Oliveira, 1987.

8 Alain Rouquié. (Org.). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Record, 1980.

em geral com a política para evitar que se fizesse política no Exército, não correspondia com as inúmeras de suas intervenções na vida política do Brasil republicano e na ingerência direta dos oficiais de alto escalão na direção do Poder Executivo Federal, principalmente a partir do momento em que dele se apossaram em abril de 1964. Ao realizarem isso, a cúpula do regime pós-Golpe de 64 acabava paradoxalmente, de acordo com Mathias, “aprofundando o grau de politização dos quadros militares”, o que no nosso entender significa dizer quadros da elite militar, tornando as Forças Armadas, leia-se o Alto Comando do Exército, no “único órgão no qual podia-se processar o debate político”. A propósito, no interior da corporação castrense, a elite militar em pauta objetivava afastar dos postos de comando e das discussões políticas internas a alta oficialidade nacionalista que tinha tido alguma relação com os governos democrático-populares anteriores ao Golpe, rotulados de *populistas*, bem como em geral os oficiais de médio e baixo escalão, mormente os de esquerda.

Os fatos elencados acima demonstram a real intimidade dos militares brasileiros com a política ao longo da nossa história republicana, principalmente nos momentos de salientes crises econômica, social e política, as quais sinalizavam que mudanças de grance alcance teriam que ser feitas nestas estruturas, em direção é claro a um processo realmente reformista e/ou revolucionário.

Os alvos do discurso militar

Historicamente, os discursos políticos da alta hierarquia militar brasileira têm sido de dois tipos, ou melhor, tem dois destinatários. Para os oficiais de médio e baixo escalão, para os suboficiais e para a opinião pública em geral, o discurso militar é tortuoso e alienante. A rigor, é desvirtuador da realidade e camuflador de interesses de classes quando, ao ser externado, tem o propósito de impedir que os oficiais subalternos e os praças adquiram consciência de classe e direitos políticos, embotando em suas mentes os princípios da disciplina e da subordinação, que

limitam a sua atuação social e mantêm de pé a estrutura de poder fortemente hierarquizada, autoritária e excludente das Forças Armadas e, por que não dizer de modo ampliado, da ordem política, social e econômica brasileira.

Esta retórica das tradicionais elites militares do Brasil têm como fim último impedir, outrossim, que os oficiais de baixo escalão e os suboficiais façam uso da faculdade de pensar. Como havia confessado Frederico II, rei da Prússia entre 1740 e 1786: “Se meus soldados pensassem, já não haveria nenhum nas fileiras”.⁹ Ora, mais do que atender ao caráter essencial e singular do espírito e da sua função profissional, da lógica operacional e do papel constitucional da instituição a qual pertencem, a faculdade de pensar dos oficiais e suboficiais militares implica outrossim em consciência de classe social, identidade político-ideológica, interesse em participar das deliberações sobre a sua arma e em atuar politicamente, no sentido mais amplo e universal do termo ação política.

Contudo, quando o discurso é apresentado para os colegas do alto escalão, este é feito de forma direta e sem meandros, com o fito de consolidar suas concepções, intenções a atuações políticas, reafirmando, assim, privilegiadamente aos oficiais de alta patente o caráter de classe da instituição militar e seu papel de mantenedor do *status quo*.

Exemplos do primeiro tipo de discurso podem ser verificados no livro de memórias do ministro da Guerra do governo Artur Bernardes, general Fernando Setembrino de Carvalho, que escreve que o Exército “não pode, não deve precipitar-se ao torvelinho das lutas partidárias”. Semelhante discurso é captado na mensagem feita em uma *ordem do dia*, em 1926, pelo comandante da 1ª Brigada do Exército, que diz que os soldados não deveriam se esquecer de que “Caxias, espelho da lealdade, não obstante ter militado na política, foi constantemente o baluarte inexpugnável da legalidade”.¹⁰

9 Apud: Fernando Jorge. *As Diretrizes Governamentais do Presidente Ernesto Geisel (Subsídios e documentos para a História do Brasil Contemporâneo)*. São Paulo: Edição do Autor, 1976.

10 Celso Castro. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

Também encontramos este primeiro tipo de discurso na declaração feita em novembro de 1932 pelo general Mariante, comandante da 1ª Região Militar, que determinava que o Exército deveria “retornar a seu trabalho e disciplina”, bem como na declaração do general Góis Monteiro que, na época das discussões da Lei de Segurança Nacional de 1935, uma matéria cara aos militares, estabelecia que não lhes competiam “discutir atos dos poderes da Nação”¹¹, lembrando que quem estava no Exército deveria submeter-se às suas leis, o que era um recado ao grupo de oficiais do Exército e da Marinha que haviam se reunido no Clube Militar para condenar a proposta de implantação da tal lei de segurança nacional.

Outro exemplo deste primeiro tipo de discurso está presente no âmbito das discussões sobre o petróleo que ocorriam no Clube Militar no final da década de 1940 e início da de 1950, quando - para se contrapor ao engajamento político e à postura calorosa e envolvente dos militares nacionalistas de alto e médio escalão com relação a esta matéria e a outras referentes à “defesa do patrimônio nacional” (petróleo, siderurgia e minerais estratégicos, motores e veículos pesados) - a alta cúpula da corrente internacionalista, vinculada à Escola Superior de Guerra (ESG), aparentando uma certa neutralidade, pede por um discurso “técnico” e “racional”,

Obs.: Setembrino de Carvalho parecia estar sintonizado com o pensamento de Max Weber, que ao falar do funcionário público, diz que “o verdadeiro funcionário” [...] não deve fazer política”; que ele “deve administrar, antes de tudo, de forma apartidária”, não devendo assim “tomar partido, lutar, apaixonar-se”, já que essas coisas “são características do homem político”. Se esta associação parece ser forçada, pelo fato de ser difícil aceitar que na época do governo de Artur Bernardes o pensamento de Max Weber já estivesse tendo alguma penetração e exercendo alguma influência no meio militar brasileiro, essa repercussão e influência de Weber sobre os militares brasileiros não pode ser ignorada em épocas mais recentes, sobretudo as que se referem ao período do regime autoritário-militar e que estão ligadas à atuação dos oficiais militares envolvidos com as atividades de repressão política, os quais já teriam possivelmente sido doutrinados pelos ensinamentos de Weber, quando este aponta que a honra do funcionário do Estado [principalmente, acrescentaríamos nós, o do funcionário militar], está em “sua capacidade de executar conscienciosamente uma ordem, sob responsabilidade de uma autoridade superior, mesmo que - desprezando a advertência - ela se obstine a seguir uma trilha errada”. Prossegue o sociólogo alemão: “O funcionário deve executar essa ordem como se ela correspondesse a suas próprias convicções” (Max Weber. *Ciência e Política: Duas Vocações*, Ed. Martin claret, 2003, pp.81-82).

11 Edgard Carone. *Revoluções do Brasil Contemporâneo: 1922-1938*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

afirmando que o Clube Militar “deveria limitar-se ao atendimento das reivindicações de caráter corporativo, sendo os debates de caráter político perigosos para a alta hierarquia”.¹²

Deste modo, ao tentar impedir que esta discussão dos idos dos anos de 1940 e 1950 saísse do domínio das elites militares e civis de direita e antinacionalista, escondia-se uma discussão de caráter essencialmente político, pois, diante das opções de desenvolvimento industrial para o Brasil na época, esta corrente militar defendia aquela que o vinculava aos interesses do capital estrangeiro, em especial o norte-americano. Ao assumir essa posição, a corrente militar direitista antinacionalista concordava com a mesma visão que os americanos e ingleses tinham então do Brasil como um país sem capital suficiente e tecnicamente incompetente para proceder a extração do petróleo.

Declarações semelhantes a estas são novamente encontrados em 1954 no discurso de posse do general esguiano, Canrobert Pereira da Costa, na presidência do Clube Militar, quando ele declarou que o objetivo seu e de seu grupo militar era o de manter “o Clube afastado da política”.¹³

A reprodução deste tipo de enfoque também é verificada na obra de Elio Gaspari, que passa uma visão fantasiosa de Golbery do Couto e Silva, então chefe do SNI no governo Castelo Branco, ao dizer que ele “combatia a interferência militar na política e desdenhava os oficiais que nela se envolviam”.¹⁴

No âmbito das discussões sobre o petróleo que ocorriam no Clube Militar no final da década de 1940 e início da de 1950, os militares nacionalistas incorporaram, como mostra Barreto, “questões de mobilização da classe trabalhadora”, ou seja, questões referentes à ampliação, na esfera da sociedade civil, da participação política das “classes subalternas”, e, no *front* da instituição militar, da participação dos “escalões inferiores da oficialidade”, levando assim o Clube Militar a adotar um “padrão de atuação” que obedecia “a dinâmica referente à liberalização

12 Katia Marly Mendonça Barreto. *O Clube Militar: Atuação Política, 1950-1956*. Dissertação de Mestrado na PUC-SP, 1988.

13 *Idem*.

14 Elio Gaspari. *A Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

do sistema político”. De acordo com Gabriel Cohn, esta postura levou os militares nacionalistas a escolherem:

“uma diretriz de ação que não mais implicava em acionar diretamente os centros de poder, através dos Estados Maiores ou do Conselho de Segurança Nacional [...], mas sim em realizar discussões abertas do problema através do Clube Militar”.¹⁵

Pode-se supor que os oficiais atrelados à Escola Superior de Guerra a teriam criado para poderem se engajar na disputa política de forma mais coesa e organizada em função do debate sobre o petróleo ter superado “os limites do Estado para ganhar a opinião pública”, tal como colocou Oliveira.¹⁶

Desta feita, os militares formadores da ESG, segundo Oliveira, apareceram para reforçar sua posição no aparelho do Estado e para mobilizar politicamente as elites civis ultraconservadoras, o que dava a este órgão das Forças Armadas um nítido “caráter de classe”, canalizador da crítica “às instituições do Estado brasileiro da década de 50 como incompatíveis ao equacionamento das questões de desenvolvimento econômico e segurança nacional”.¹⁷ Também serviria esta Escola militar como uma difusora da ideologia do desenvolvimento econômico (inter)dependente para o Brasil, com ampla participação do capital forâneo. René Dreifuss corrobora o caráter de classe que a corrente militar antinacionalista e antipopulista, ligada à ESG, adquiria ao tornar como sua bandeira de luta “a necessidade absoluta da posse privada dos meios de produção”.¹⁸

Uma prova desse comprometimento dos militares da citada corrente direitista para com os interesses da iniciativa privada muito interessada em se associar com o capital industrial-financeiro forâneo, transcrevemos o discurso proferido pelo

15 Gabriel Cohn. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

16 Eliezer Rizzo de Oliveira. (Org.). “A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico”. In *Militares: Pensamento e Ação Política*, Campinas: Papirus, 1987.

17 *Idem*.

18 René Armand Dreifuss. 1964: *A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1981.

Tenente-coronel Octávio Costa, em 3 de dezembro de 1964: “Nós, soldados, procuramos conservar a ordem para que vocês, empresários, arriscando, criando, produzindo e multiplicando, possam nos dar o progresso”.¹⁹

Evidentemente, o general Costa dirigia-se àquelas novas lideranças empresariais que haviam emergido, no final de 1945, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a chamada “geração dos cadetes”, formada na sua maioria por diretores de firmas estrangeiras, a qual pediria, no documento final da FIESP - BI, nº 325 de 26 de novembro de 1955, pelo fim do monopólio da exploração de recursos minerais, inclusive o petróleo. Também eram destinatários da fala do general Costa os grupos de novos líderes empresariais que surgiam coetaneamente na Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJ), caracterizados por posições (neo)liberais, pois que combatiam as empresas estatais, tais como a Petrobrás e a Eletrobrás, atacando a intervenção do Estado na economia e favorecendo a ampla participação do capital estrangeiro no setor industrial. Em 1959, por exemplo, a FIRJ era liderada por Zulfo de Freitas Malman, executivo de um laboratório estrangeiro que atacava a influência exercida por intelectuais e tecnocratas nacionalistas sobre o governo JK e setores das Forças Armadas. Somada a estas duas entidades industriais havia também as associações comerciais de diversos estados da federação, tal como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, cujo presidente do período 1955-59, Ruy Gomes de Almeida, era crítico acerbo da política econômica do governo Kubitschek, vindo a se tornar, em 1962, uma das principais lideranças do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (IPES).

Um dado interessante a se frisar nos exemplos de discursos citados anteriormente em que, para transmitirem a idéia de defesa do não envolvimento dos militares com a política, quem os faz são oficiais militares que se envolveram com a política até a medula, como são ilustrativos os casos do general Fernando Setembrino de Carvalho, um dos sustentáculos no meio militar dos governos oligárquicos da República Velha; do general Góis Monteiro, um dos

19 *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, nº 603.

grandes arquitetos do Estado Novo; do general antinacionalista, Canrobert Pereira da Costa, um dos expoentes da Cruzada Democrática, que, segundo Barreto, fez uso do Clube Militar como “ponto de apoio”²⁰ para a campanha de desestabilização do governo democraticamente eleito de Getúlio Vargas e que, em 1955, se posicionou contra a realização das eleições daquele ano para a Presidência da República; do general Golbery do Couto e Silva, que, antes de 1964, participara ativamente de manifestações sediciosas contrárias a vários governos civis nacionalistas e populares, sendo um dos líderes da conspiração que derrubou João Goulart da Presidência da República, e que, após abril de 1964, acabou exercendo posição de mando e decisão no núcleo do poder de alguns governos militares.

E quando estes mesmos discursos eram feitos por oficiais da cúpula do Exército que diziam não ter um envolvimento direto com a política, estes se miravam em lideranças militares históricas que também tinham tido uma intensa participação na política nacional desde o Brasil Império. Lembremos que, a partir de 1923, o alto comando do Exército costumou utilizar como símbolo para as comemorações do Dia do Soldado, o Patrono da corporação, Duque de Caxias, o qual tinha se envolvido intensamente com a política durante o período Imperial, vindo, por isso, a ser descrito por Sérgio Buarque de Holanda como o chefe militar “que mais facilmente despe a farda do soldado para envergar o fardão do senador, ou ministro”.²¹

Citando o historiador Jean-François Sirinelli, ao mesmo tempo que “a decisão de comemorar é uma desição política”, ela também engendra, por indução, orientações historiográficas”²², o que, por conseguinte, complementaríamos nós, acaba construindo uma memória histórica que enaltece os vencedores e incrimina e desqualifica os vencidos, fazendo com que o grosso das classes subalternas se identifiquem política e ideologicamente com os

20 Katia Marly Mendonça Barreto, *op. cit.*.

21 Sergio Buarque de Holanda. “A Fronda Pretoriana” - capítulo III do livro *Do Império à República*, História Geral da Civilização Brasileira, tomo V, vol. II).

22 Jean-François Sirinelli. “Ideologia, tempo e história”. Capítulo 5 do livro *Questões para a história do presente* de Agnès Chauveau & Philippe Tétart. Bauru: EDUSC, 1999.

primeiros.

Até o marechal Castelo Branco pode ser incluído nesta lista de oficiais militares que tiveram grande envolvimento com a política, mas que insistiam em dizer que não tinham nada com ela. No tocante às manifestações públicas de militares sobre assuntos políticos, é pertinente inserirmos aqui a informação de que Castelo Branco as faz desde a década de 30. Em 1933, ele escreveu uma série de artigos no jornal *Gazeta do Rio* sob o pseudônimo de “Coronel Y”. Nestes artigos Castelo Branco se colocava contra o militar exercendo a sua profissão e participando, simultaneamente, de cargos eletivos. Segundo Luis Viana Filho, era a repulsa ao que ele chamava de “carreiras paralelas” e de “parasitas” atrelados aos quadros das corporações militares, que dificultavam a formação de um Exército “mais profissionalmente forte”. Porém, após o Golpe de 64, como revela o próprio Viana Filho, o presidente Castelo Branco fez questão de incluir vários militares de alta patente para fazerem parte do diretório nacional da ARENA, formado para ser o “partido da revolução”.²³

Viana Filho, que por algum tempo foi Ministro da Casa Civil do governo Castelo Branco e que acabou se tornando um dos seus biógrafos, pode ser considerado como um dos principais fomentadores da construção de uma literatura mitificadora do primeiro general do regime autoritário-militar brasileiro. Viana Filho escreve que este “sempre fora um legalista, empenhado em manter as Forças Armadas alheias às querelas políticas” e que “numa época em que a intriga política espicaçara ambições, ele [Castelo Branco] se mantivera alheio aos partidos”. “Contudo”, continua o referido autor, ele “estava longe de ser um indiferente”. Indiferente, segundo Viana Filho, à “acelerada marcha comunista, fomentada e dirigida pelo governo”²⁴ (no caso, o governo de centro-esquerda de João Goulart) que, no olhar de Castelo Branco, mostrava sinais claros de que estava preparando um golpe contra o Congresso, ou seja, contra a legalidade e as instituições democráticas.

23 Luis Viana Filho. *O Governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1975.

24 *Idem*.

Mas se João Goulart era acusado de atentar contra a legalidade, como o marechal Castelo Branco aceitou fazer parte de um movimento armado ilegal para derrubar o governo legalmente constituído, violentando a Constituição?

Para a historiografia conservadora pró-Golpe de 1964, ele aceitou desacatar a legalidade porque a observância desta “conduzia ao comunismo”. No seu discurso de posse no cargo de chefe do Estado Maior do Exército em 13 de agosto de 1963, Castelo Branco faz um pronunciamento puramente político, embora não o considerasse como tal, criticando a atuação dos que ele chamava de “reformadores oportunistas” que, no seu entender, queriam substituir as instituições políticas “por meio de um solapamento progressivo e antinacional e instituir o Exército Popular, um arremedo de milícia dotada de uma ideologia ambígua”, segundo ele, “destinada a agitar o país com exauridos pronunciamentos verbais e perturbar, com subversões brancas e motins, a vida do povo”.²⁵

De mais a mais, o marechal que, ainda de acordo com Viana Filho, era “voltado para a profissão” e “desinteressado das graves crises políticas ocorridas nas últimas quatro décadas”, no cargo de Presidente da República acabaria surpreendentemente se revelando, nas palavras de seus admiradores, um político hábil, experimentado, “frio”, “calculista” e capaz de executar “jogadas políticas de indiscutível sagacidade”. A impressão que Osvaldo Trigueiro, ex-governador da Paraíba, teve do Castelo Branco presidente era a de que ele “exercia um ofício para o qual se preparara durante toda a vida”, como se ele fosse “um presidente natural, tal o desembaraço no exercício da função”. E o jornalista Prudente de Moraes Neto o apreciara como “dos mais aptos no exercício da Presidência da República”.²⁶

Não era esta, porém, a visão que os círculos políticos e diplomáticos de Washington possuíam a respeito do presidente Castelo Branco. O ensaísta político Fernando Pedreira evidencia que, segundo um relatório produzido em 1966 pelos homens então alocados nestes setores do governo norte-americano, o

25 *Idem.*

26 *Idem.*

que transparecia era que o primeiro general-presidente do regime autoritário-militar brasileiro mostrava-se incapaz de perceber o quão grave eram os problemas políticos e sociais do Brasil. A coisa mais surpreendente e até espantosa deste relatório foi, como demonstrado por Pedreira, a conclusão que se chegou com relação a Castelo Branco, pois alí estaria colocado que:

“ao menos aparentemente, o marechal Castelo Branco julgava possível eliminar esses problemas, e quem sabe solucioná-los, recorrendo simplesmente à supressão política e ao afastamento dos seus opositores”, com meios que lhe haviam dado o regime resultante do levante armado de abril de 64”²⁷.

Todas as manifestações do general Castelo Branco, não só nos idos de 1963-64, mas também nos idos de 1956/62 – que não foram poucas – tanto as públicas, como as reservadas a seus colegas de farda e à alta hierarquia militar dos governos centrossquerdistas de Juscelino Kubitschek e João Goulart, eram tidas não apenas pelos seus seguidores quanto por ele próprio, como “muito diferente(s) daquele(s) de um pronunciamento político”.²⁸

No entanto, o caráter essencialmente político dos pronunciamentos feitos pelo marechal Castelo Branco na primeira metade dos anos 60 era patente, e, o pior, era de se notar neles também um ranço de conspiração. Carlos Castello Branco noticia que nesta época o marechal Castelo Branco já mantinha contatos com dirigentes da UDN com vistas à “preparação da resistência ao governo do Sr. João Goulart”. Em 25 de março de 1963, num almoço na casa do deputado federal, Paulo Sarasate, no momento da posse do governador do Ceará, Virgílio Távora, o marechal Castelo Branco, então chefe do EME, “estimulou o presidente da UDN [o deputado Bilac Pinto] a prosseguir na resistência civil ao Governo do Sr. João Goulart” e que ele sempre aconselhava os políticos oposicionistas, dizendo: “**Não**

27 Fernando Pedreira. *Brasil Política: 1964-1975*. São Paulo: DIFEL, 1975.

28 Luis Viana Filho, Op. cit.

calem, continuem gritando”.²⁹

Em 20 de março de 1964, numa Circular Reservada dirigida aos generais e demais militares do EME (Estado-Maior do Exército), na qual há uma forte crítica ao governo João Goulart, tido como complacente com a “ação ilegal” e “subversiva” da CGT e de outros sujeitos políticos que, ligados à “ação comunista”, estariam empurrando o país para uma “saída golpista”, para a “revolução social” e para “a instituição de uma ditadura”, o marechal Castelo Branco disse literalmente que “não quis fazer política, nem oposição ao Governo”.³⁰ E num ofício que escreveu em resposta ao Ministro da Guerra, general Jair Dantas Ribeiro, que lhe havia pedido para que fizesse uma declaração desmentindo suas críticas de que existiam “comunistas em postos da administração, do ensino e de organismos estatais” no governo João Goulart, Castelo Branco defende, por uma “questão de moral política”, o direito dos oficiais militares fazerem pronunciamentos não favoráveis ao governo.

A despeito de fazer manifestações como estas, o marechal Castelo Branco ainda tentava convencer a opinião pública de que estava sendo isento de qualquer ato hostil à disciplina das Forças Armadas e ao Presidente João Goulart, a mais alta autoridade política e militar do país. A certa altura, concluiu de forma irônica e astuta que: “caso a minha declaração fosse contra o governo – o que não aconteceu, pois só pode ser tomada como uma despreziosa colaboração –, eu estaria, sem dúvida, protegido por uma faculdade já garantida a vários militares”.³¹

Agindo desta forma, é possível afirmar que o *partido militar* do marechal Castelo Branco já estava atuante e em campanha política, i. e., que ele já tinha dois objetivos bem definidos: o primeiro, de curto prazo, que era o da tomada imediata do poder; E o segundo, de longo prazo, o de manter este poder por longos anos.

Mas é incrível notar que apesar de fazer manifestações

29 Carlos Castello Branco. *Os Militares no Poder* – Volume I. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1976. Grifo do autor.

30 Luis Viana Filho, Op. cit.

31 *Idem.*

como as elencadas acima, o marechal Castelo Branco ainda tenta convencer a si próprio e a todo mundo de que estava sendo isento de qualquer ato hostil à disciplina das Forças Armadas e à figura da mais alta autoridade política e militar do país, enfim, à ordem constituída, visto que, numa conclusão carregada de ironia e astúcia, ele diz: “Caso a minha declaração fosse contra o governo – o que não aconteceu, pois só pode ser tomada como uma despreziosa colaboração –, eu estaria, sem dúvida, protegido por uma faculdade já garantida a vários militares”.³²

Nas palavras de Viana Filho, a mitificação de Castelo Branco chega até a valer-se de um caráter quimérico, o que acaba por consolidar esta (auto)imagem pudica que o marechal-presidente buscava criar para si próprio, pois Viana Filho escreve que:

“O general Castelo Branco, por sua formação intelectual (acreditamos que, também, por temperamento), nunca foi militar propenso às atitudes de rebeldia ou à interferência das Forças Armadas na vida política da nação.

Preferiu sempre manter-se à margem do debate político, limitando-se a acompanhá-lo como cidadão”³³.

Como se vê, mesmo fazendo várias declarações que atingiam frontalmente o Governo, mesmo tornando-se o chefe da grande conspiração que derrubaria João Goulart da Presidência da República e mesmo transformando o Alto Comando do Exército num órgão essencialmente político – mas cujas atribuições, no discurso que a elite militar costuma fazer para o público, deveriam ser especificamente militares - a conduta do marechal Castelo Branco deve ser definida, sob a ótica da história oficial e a lógica do pensamento militar reacionário, não como essencial e concretamente política, mas como algo etéreo que transita na esfera do subjetivismo e do moralismo conservador. Diríamos até que a conduta política do marechal Castelo Branco chega a assumir um caráter salvacionista e messiânico, talvez para manter a tradição histórica da retórica e da *praxis* política dos

32 *Idem.*

33 *Idem.*

militares brasileiros direitistas, dado que a política para o homem Humberto de Alencar Castelo Branco, tal como diz Viana Filho, era um assunto “transcendental”, pois a preocupação básica do marechal Castelo em 1964 seria a de “como salvar o país”.³⁴

Além disso, toda vez que o presidente Castelo Branco tomou medidas punitivas que feriram direitos democráticos básicos garantidos pela Constituição liberal que vinha regendo as relações sociais e políticas do país de 1946 até abril de 1964, Viana Filho tira dele as responsabilidades com relação àquelas medidas, usando como justificativas o discurso do alto profissionalismo do burocrata estatal, que ao tomar medidas que venham a agredir alguém, moral, psicológica ou fisicamente, faz isso “apenas no cumprimento de um dever”, discurso este semelhante aos dos oficiais nazistas que comandavam os campos de concentração onde ocorria o extermínio de judeus. Rudolf Hess, por exemplo, comandante do campo de Auschwitz, assim falou de seu trabalho: “Nunca fui cruel e nunca me deixei arrastar a sevícias [...]. Eu era uma engrenagem inconsciente da imensa máquina de extermínio do III Reich”³⁵.

Argumentação semelhante a esta é utilizada por Viana Filho quando ele diz que o presidente Castelo Branco tomava as medidas punitivas porque “o dever o obrigaria”, porque o arbítrio era imperioso e que, se o presidente Castelo feriu alguém, tal como foi quando teve que cassar mandatos de políticos e expurgar alguns de seus velhos amigos e camaradas das Forças Armadas, ele punha de lado o coração, não se eximindo, assim, de seu dever. Viana Filho diz ainda que os processos de cassação de direitos políticos eram, para o presidente Castelo Branco, “atos políticos da Revolução” não inspirados pela “veleidade simplista de punir”.³⁶

Assim como Rudolf Hess havia sugerido que nada podia fazer contra a máquina de extermínio nazista porque ele era uma

34 Idem.

35 Gerard Vincent, “Guerras ditas, Guerras Silenciosas e o Enigma Identitário” In *História da Vida Privada: Da Primeira Guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

36 Luis Viana Filho, Op. cit.

peça de uma “engrenagem inconsciente” da dita cuja, o mesmo faz Castelo Branco quando, ao falar sobre o movimento golpista político-militar-empresarial de 1964, afirma que “todo processo revolucionário pressupõe, no seu contexto, medidas de natureza repressiva”, considerando, inclusive, que as medidas repressivas deste movimento golpista eram *justas e moderadas*.³⁷ E continuaria o presidente Castelo Branco com a mesma argumentação quando asseverou que não queria “desertar do destino da Revolução” ao ter acatado a prorrogação de seu mandato.

Quem, sobretudo, reproduz com mais fidelidade esta concepção de, digamos, competência profissional, racional, burocrática e impessoal do funcionário estatal, quando no cumprimento de seus deveres, é o general Rubens Bayma Denys que, ao se referir aos oficiais militares de vários escalões que se envolveram com a repressão política durante o regime autoritário-militar brasileiro, alega que “esses militares estavam amarrados pelos liames do dever à instituição”.³⁸

Porém, como escreveu Hannah Arendt a respeito do chefe da Gestapo, o tenente-coronel nazista Adolf Eichmann: “Ele jamais se deu conta do que fazia [...]. Nisso consiste a banalidade do mal”.³⁹

Cumprir observar, então, que uma coisa é um partidário de Castelo Branco e do Golpe de 1964 mitificá-lo. Outra coisa é verificarmos que esta mitificação mantém-se viva e se estende até hoje para os seus colegas de conspiração e herdeiros políticos, os chamados oficiais *castelistas* e *geiselistas*, quando estudamos a literatura especializada mais recente. E do nosso ponto de vista, esta mitificação sobrevive em algumas destas obras mais atuais sobre o regime autoritário-militar brasileiro pelo fato delas alegarem, por meio dos mesmos pretextos altruístas usados pelos militares golpistas de 1964, que Castelo Branco e seu grupo militar, ao se apossarem do poder, pretendiam “arrumar a casa” e/ou “sanear”

37 *Idem.*

38 Celso Castro e Maria Celina D’Araujo. *Militares e Política na Nova República*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001.

39 Hannah Arendt, *Eichmann in Jerusalem: A Report on the Banality of Evil*, s/d. Tradução nossa.

a economia e a vida política do país, instituindo uma ditadura apenas *momentânea* - posto que, mesmo depois do Golpe, eles, os militares *castelistas*, tinham preservado o Congresso e alguns mecanismos da democracia representativa, visando recolocar o Brasil na legalidade democrática o mais rápido possível. Há, portanto, uma certa produção historiográfica que reitera visão de que o marechal Castelo Branco e seu grupo militar intervieram para salvar o Legislativo dos intentos golpistas de João Goulart, buscando então preservar a “lei” e a “democracia” e impedir que o Brasil descambasse para um “*regime de tipo fidelista*” ou para uma ditadura “*síndico-comunista*”, submetida “*ao comunismo de Moscou*”.⁴⁰

De novo a ameaça do comunismo foi a argamassa utilizada pelos militares direitistas brasileiros para que se formasse uma apropriada coesão interna no Exército, visando mais uma intervenção na vida política do país. Aliás, conforme Roberto M. Ferreira, a retórica anticomunista passou a orientar “o comportamento organizacional” dos militares a partir de novembro de 1935, mais precisamente a partir de 1938. E não porque os comunistas fossem inimigos por atavismo, mas porque lhes garantia “coesão interna e presença na cena política”. Para Ferreira, até 1930 o anticomunismo não se constituía no elemento basilar da retórica política do Exército, isto é, não podia ser considerado como uma “mensagem da organização”. A razão: porque naquele período, “o conflito básico de nossas elites agrárias não era contra as classes subalternas, mas contra um Estado centralizador”, cuja sustentação dependia a sobrevivência do próprio Exército. Só depois que a alta oficialidade comprometida

40 Esta produção historiográfica também engendra a visão de que a abertura política no Brasil deveu-se sobretudo à decisão e às iniciativas dos militares *castelistas-geiselistas*, colocando num plano secundário as pressões da sociedade civil por eleições livres e diretas para o retorno do Brasil à democracia. Laureando Ernesto Geisel por ele ter lutado contra os militares de *linha dura* e motivado o desmonte da ditadura de forma controlada, regulada e pacífica, isso traz implícito o estereótipo do despreparo do brasileiro comum para com a democracia, de uma sociedade civil não ativa e nem organizada o suficiente para exigir e conduzir a transição de uma ordem política para outra. Trata-se, pois, de uma abordagem com aquele perfil paternalista e autoritário típico do discurso político das classes dominantes brasileiras, que sempre sabem e outorgam às classes dominadas o que elas realmente necessitam, tratando-as como ignorantes, não exigentes, dóceis e avessas e despreparadas para a política.

com a estrutura de poder da República Velha foi retirada do comando do Exército em novembro de 1930, fazendo com que este passasse também a compor o núcleo do poder do Estado nacional, vindo até a falar, através dos tenentes, de alterações na estrutura econômica e política do país, é que surgira a necessidade se “distinguir o reformismo tenentista do projeto social comunista”.⁴¹

A vocação anticomunista das Forças Armadas brasileiras foi, pois, segundo Ferreira, forjada historicamente com base nos acontecimentos de 27 de novembro de 1935, chamado de “Intentona Comunista”⁴². Ao transformar, a partir de 1938, o 27 de novembro em mais uma data do calendário de suas celebrações oficiais, o Exército brasileiro tornava o anticomunismo uma prática ritual, uma mensagem permanente e institucionalizada da organização, com um objetivo primordialmente político, pois, desde então, todas as intervenções dos militares na vida política brasileira contaram com a retórica anticomunista.

Quanto ao segundo tipo de discurso – aquele que define de forma aberta e direta o papel dos altos oficiais militares na política – compilamos três exemplos claros do mesmo.

O primeiro exemplo é aquela frase lapidar do General Góes Monteiro que, ao reconhecer que o Exército é “um instrumento essencialmente político”, diz que “a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército e não a política no Exército”. O segundo é aquela declaração dada por Ernesto Geisel, entre 1932 e 1934. Viana Filho escreve que quando Geisel era então Tenente e exercia a função de Secretário da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas do Estado da Paraíba: “Quanto mais alto o escalão, menos deve o chefe ater-se a princípios rígidos. Se for apenas para aplicar princípios, não precisa ser general, pode pôr um sargento, seguindo as regras. É preciso tratar diferentemente casos diferentes”.⁴³

Ernesto Geisel, aliás, é outra alta figura militar da corrente

41 Roberto Martins Ferreira. *Organização e Poder: Análise do discurso anticomunista do Exército*. São Paulo: Annablume, 2005.

42 *Idem*.

43 Luis Viana Filho, *Op. cit.*

castelista que sempre se envolveu com a política, mas que a historiografia conservadora o retrata como um militar *técnico, especialista*, que não se metia em ações políticas. Todavia, Ernesto Geisel foi um dos fundadores da Escola Superior de Guerra e membro de seu Corpo Permanente, tendo o hábito de ficar conversando até de madrugada sobre a situação política brasileira com os colegas de farda, também integrantes da ESG: Antonio Carlos Muricy, Rodrigo Octávio J. Ramos, Golbery do Couto, e Silva, Odylio Denys e Jurandyr de Bizarria Mamede, todos eles conspiradores ativos que tiveram notória participação na organização e na execução do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Além disso, o general Ernesto Geisel, junto com o seu irmão, o também general Orlando Geisel, os generais Cordeiro de Farias e Nelson de Mello, o marechal Odylio Denys, o almirante Silvio Heck e o brigadeiro Grün Moss, entre outros, estavam sim, desde o final de 1961, participando das preparações do movimento golpista contra o governo João Goulart, pois, naquela conjuntura, já tinham a opinião de que o que deveria vir depois da queda de Goulart seria um “um regime discricionário (que) teria de ser instalado por pelo menos cinco anos”.⁴⁴ Mais ainda, o general Ernesto Geisel chegou a fazer parte do Alto Comando Revolucionário, instituído pelo marechal Castelo Branco logo após o Golpe de abril de 1964, participando depois do núcleo duro do governo Castelo Branco e, por fim, tornando-se um dos presidentes da República do regime autoritário-militar de 1974 a 1978.

No cargo de presidente da República, Geisel envolveu-se pessoalmente na campanha para as eleições municipais de 1976, depois do partido do Governo, a ARENA, ter perdido para o MDB nas eleições parlamentares de 1974. Após esta derrota, a preocupação política de Geisel era tal que ele tratou de centralizar mais ainda o poder no núcleo duro do Governo e de interferir ainda mais no processo político-eleitoral do país, vindo então a criar o Conselho de Desenvolvimento Político, integrado por ele próprio, pelo ministro da Justiça, Armando Falcão, e pelo chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, o qual teve, junto

44 René Armand Dreifuss, Op. cit., 1981.

com o Gabinete Militar, sua órbita de ação política ampliada. Daí é que resultaram a Lei Falcão e a determinação em reprimir passeatas, comícios ou outras manifestações públicas.

A intervenção direta e aberta do presidente Geisel no processo político-eleitoral se deu por meio de uma série de visitas às capitais dos estados, nas quais fez vários pronunciamentos que apesar de terem sido integralmente políticos, eram tratados como carregados de “civismo”. Em visita ao Paraná em março de 1976, por exemplo, Geisel dizia que “as eleições não são importantes para mim, são importantes para o país e a Revolução [...]”. E depois se justificava: “Sou político por dever de ofício”. Mas dois meses mais tarde, em Porto Alegre, diante de 800 vereadores da ARENA, discursava “Venho como um filiado da Arena, venho como presidente honorário do partido e venho como presidente da República”.⁴⁵

O escritor e jornalista Fernando Jorge, apologista de Ernesto Geisel, relata que ele era muito “preservado” e “inabordável em questões alheias às funções militares”.⁴⁶ No entanto, o mesmo escritor torna manifesto que Geisel fora um dos fundadores da Escola Superior de Guerra e membro de seu Corpo Permanente, tendo o hábito de ficar conversando até de madrugada não sobre literatura, mas sobre a situação política brasileira com os colegas de farda, também integrantes da ESG: Antonio Carlos Muricy, Rodrigo Octávio J. Ramos, Golbery do Couto e Silva, Juarez Távora e Jurandy de Bizarria Mamede, conspiradores ativos que tiveram notória participação na organização e na execução do Golpe de Estado de 1º de abril de 1964.

Depois, Fernando Jorge também conta que após a renúncia de Jânio Quadros, o general Ernesto Geisel, então chefe da Casa Militar da Presidência da República, ajudou o Presidente interino da República, Ranieri Mazzilli, a escrever a mensagem ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, através da qual os três Ministros Militares – Almirante Silvio Heck, Brigadeiro Grün Moss e o marechal Odylio Denys – manifestavam, “por

45 *O Brasil: Política e Governo*. Livro do Ano Barsa. Rio de Janeiro/São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1976 e 1977.

46 Fernando Jorge. Op. cit.

motivos de segurança nacional”, suas posições contrárias ao regresso ao Brasil do vice-presidente da República João Goulart⁴⁷, coisa, que sabemos, apontava uma situação de ilegalidade e uma ação contrária aos preceitos constitucionais, na medida em que elas representavam um ato de força contra a posse legítima de João Goulart na Presidência da República e demonstravam que os Ministros Militares haviam tomado conhecimento do documento de renúncia antes do Congresso Nacional.

Segundo denúncias do deputado federal pelo PTB, José Joffily, Ranieri Mazzili teria escrito a mensagem sob coação e esta coação, de acordo com o deputado também do PTB, Neiva Moreira, teria sido feita por Ernesto Geisel, tão logo ele assumiu o posto de Chefe da Casa Militar do governo Castelo Branco. Os fatos parecem confirmar estas denúncias, pois ainda de acordo com José Joffily, no dia 27 de agosto de 1961, Ranieri Mazzilli havia dito a ele e aos deputados Cid Carvalho e Ivete Vargas que transmitiria o cargo da presidência da República ao vice-presidente João Goulart assim que ele retornasse de sua viagem à China. Mas horas mais tarde, justamente depois que Ernesto Geisel assumiu o posto de Chefe da Casa Militar, Mazzilli teria mandado a mencionada mensagem ao presidente do Senado.

E mais, não são apenas estes fatos que contrariam a visão de que Ernesto Geisel não se interessava por política e procurava manter-se longe dela. Um outro fato extremamente importante para a definição dos rumos da política brasileira a partir de dezembro de 1966 em diante, foi aquele referente à *Frente Ampla*, formada primeiro por Carlos Lacerda e Juscelino Kubitschek apenas, mas contando depois com a adesão de João Goulart e Leonel Brizola em 1967.

Fernando Pedreira informa que logo depois de divulgada a formação da tal *Frente* em novembro de 1966, “o Sr Carlos Lacerda tinha contra si a virtual unanimidade tácita ou explícita do *establishment* político brasileiro, tanto civil, quanto militar”. E salienta Pedreira: “O principal núcleo de pressão pelo seu banimento era, e continua a ser, a Casa Militar da Presidência da República, cujo chefe é dado como porta-voz dos militares

47 Idem.

castelistas”.⁴⁸ É bom que se elucide que o referido chefe era Golbery do Couto e Silva.

O terceiro exemplo concreto daquele tipo de discurso, destinado aos oficiais militares que tem o privilégio exclusivo de pensar e ditar ordens, é aquela declaração feita pelo general *castelista* Orlando Geisel, quando ele presidiu a primeira reunião do Alto Comando do Exército após o afastamento de Costa e Silva da Presidência da República:

“Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado a aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores. O presidente já disse, eu já disse, o general Muricy já disse: a nossa gente precisa se dedicar à profissão. Capitão, major, coronel e o próprio general- de- brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de Exército faz política; faz menos que eu, ministro, faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós não estamos cogitando da política”.⁴⁹

Estas declarações estabelecem, quantitativa e qualitativamente os direitos políticos dos oficiais militares das Forças Armadas, demarcando a dimensão de sua atuação no território da política de acordo com a sua posição na estrutura hierárquica da instituição castrense, posição esta que já é pré-determinada pela cor de sua pele, origem social, nível de escolaridade e, sem dúvida, suas tendências políticas. Elas fazem parte de uma orientação ideológica e de estratégias de batalhas psicossociais intramuros que têm como primeiro objetivo o reforço dos laços de solidariedade entre os oficiais conservadores e elitistas do *establishment* castrense (oriundos, na sua maioria, das altas camadas sociais), corroborando a sua consciência de classe, sua identidade ideológica e mantendo a sua unidade e coesão, para que atinjam o objetivo final que é o de fortalecer a sua autoridade e assegurar a obediência dos oficiais de escalões inferiores,

48 Fernando Pedreira, Op. cit.

49 *Apud*: Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

reprimindo qualquer forma de mobilização, manifestação e participação política destes últimos.

Perecebe-se nesta última manifestação que o seu objetivo precípuo era o de definir as normas disciplinares e a estrutura de poder internas, além das atribuições e a atuação políticas das Forças Armadas brasileiras sempre a partir de sua cúpula, a qual tem se identificado social e ideologicamente com as classes dominantes. Como já demonstrara Sérgio Buarque de Holanda em 1972, no seu já citado texto, *A Fronda Pretoriana*, historicamente para que as Forças Armadas brasileiras alcançassem o senso de disciplina, a coesão interna e uma identidade organizacional única para enfim lograr uma intervenção política bem sucedida, a sua cúpula hierárquica sempre teve que criar um inimigo *fantástico*, que ameaçasse a ordem estabelecida.

O que enfada a história política do Brasil republicano é que, quando invadem este território, os militares tem usualmente apelado para o fantástico. Portanto, nunca devemos ignorar que neste país a relação entre o quartel e a política não é uma fábula. E precisamente porque os militares daqui não são seres fantásticos.